

Vacinação dos profissionais de segurança pública: mais vacina, menos politização

Ao atuar na linha de frente, policiais estão expostos à Covid-19. Para tentar mitigar o problema, associações policiais passaram a reivindicar prioridade no programa de vacinação

Alexandre Pereira da Rocha
7 de abril de 2021

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



Vacinação pode salvar a vida dos policiais que estão na linha de frente contra a Covid-19

Numa sexta-feira cinzenta, dia 2 de abril, mais dois policiais militares no Distrito Federal foram vítimas da pandemia da Covid-19. Eles se somaram à triste estatística de, pelo menos, 20 outros policiais militares mortos pela doença. Naquele mesmo dia, o comandante-geral da corporação, coronel Julian Rocha Pontes, foi exonerado por ter furado a fila de vacinação. Em meio a esses acontecimentos, o governo do Distrito Federal decidiu antecipar o calendário de vacinação dos profissionais da segurança pública. Por enquanto, angústia, tensão e incertezas tomam tais servidores que, mesmo nos momentos mais críticos da crise, têm mantido suas atividades de policiamento.

A pandemia da Covid-19 tem atingido os policiais, em contágio e medo. Por exemplo, numa nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a “Pandemia da Covid-19 e o Policiais Brasileiros”, com dados apurados entre abril e maio de 2020, a maioria dos policiais ouvidos (68,8%) relatou ter medo de contrair o vírus. Decerto, de lá para cá essa situação se agravou, visto que policiais estão com mais frequência entre as vítimas fatais. Apesar disso, eles não podem deixar de estar nas ruas, afinal a segurança é serviço essencial.

No Distrito Federal, polícias civis e militares não interromperam a maioria de suas atividades de prestação de serviço de segurança e atendimento à população. Alguns ajustes já fazem parte dessas corporações. Nos níveis internos, por exemplo, há a suspensão de alguns cursos presenciais e adequação das escalas de serviço nas unidades.

Ademais, são tomadas medidas preventivas, como uso de máscaras, de material de higienização e realização de exames. No atendimento ao público, embora tenha a necessidade da presença do policial, tem se priorizado o registro on-line da ocorrência, no âmbito da Polícia Civil; bem como, por parte do policiamento preventivo, a ênfase em situações graves e flagranciais. Mas, apesar disso, o policial está continuamente em contato com o público.

Para tentar mitigar o problema da Covid-19 nas corporações, associações policiais passaram a reivindicar prioridade no programa de vacinação. Diante disso, alguns governos estaduais, como os do Pará, Amazonas, Goiás, Espírito Santo e São Paulo, anteciparam a vacinação desses servidores.

De outro lado, o governo federal, por meio Advocacia-Geral da União (AGU), solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que permita a inclusão dos agentes de segurança do país no grupo prioritário de vacinação. Por sua vez, o ministro Ricardo Lewandowski, responsável por avaliar o pedido da AGU, definiu que cabe ao Ministério da Saúde estabelecer a ordem de prioridade, com critérios científicos e técnicos, e não conforme a pressão política das corporações. Na verdade, isso revelou mais outra faceta da disputa entre o governo Bolsonaro e os governadores.

De toda forma, pelo menos no âmbito das polícias civis, a morosidade do governo federal em priorizar os policiais na vacinação tem gerado incômodo. Não bastasse a frustração com as negociações da proposta de emenda constitucional nº 186/2019, PEC Emergencial, a qual os policiais civis reivindicavam tratamento diferenciado.

Inclusive, a União dos Policiais do Brasil (UPB) emitiu manifesto criticando o governo federal por não ter se empenhado nas demandas policiais. Por isso, paira sentimento de traição nesses setores quanto ao governo Bolsonaro. Nas palavras do presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), um dos representantes da UPB: "Fiz campanha, falei para os meus amigos e família votarem no Bolsonaro porque ele ajudaria nossa categoria (...). A gente se mobilizou, buscou voto. Tudo isso caiu porque ele não nos enxergou depois de eleito, não nos considerou (...)"

De outro lado, as atuações de polícias nas medidas de isolamento social e lockdown dos governos estaduais têm gerado críticas nas redes bolsonaristas. Esse fato ficou mais grave com a morte do policial militar da Bahia, Wesley Góes, que supostamente estaria protestando contra as medidas isolacionistas impostas pelo governador Rui Costa (PT).

No meio do bolsonarismo, inclusive, alega-se que os governadores estariam usando a força policial para proibir a circulação de pessoas, por isso a pressa em colocar os policiais na ordem prioritária na fila de vacinação. Aliás, essa conjuntura é contraditoriamente presente nos corredores dos quartéis e delegacias, haja vista que apesar da decepção com o governo Bolsonaro, ele ainda é visto como opção viável numa disputa eleitoral.

No Distrito Federal, desde 29 de março, a vacinação de policiais – exclusivamente para profissionais da linha de frente – já estava sendo possível por meio de doses remanescentes. Esse fato gerou corrida de policiais aos postos de vacinação, mas a maioria sem êxito na imunização. Não obstante, teria sido justamente dessas doses de vacina que o comandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal e outros membros do alto comando da corporação se beneficiaram antes dos policiais da linha de frente. Por conta disso, essa estratégia de vacinação tem gerado animosidade nas corporações, tendo em vista critérios pouco claros e sujeitos a oportunismos.

Diante disso, como dito inicialmente, o governo do Distrito Federal, incluiu definitivamente os profissionais de segurança pública no grupo prioritário de vacinação. Com efeito, neste 5 de abril, começou a imunização da categoria, sendo que, nessa primeira etapa, estão destinadas 2.237 doses da vacina. Para vacinar todos os integrantes desse setor, o governo distrital terá de dispor de, pelo menos, 45 mil doses da vacina para imunizar policiais militares, civis e penais, bombeiros, além de agentes do Departamento de Trânsito.

A Covid-19 não para de fazer vítimas entre os policiais. No mesmo dia que se inicia a vacinação dos profissionais de segurança pública, logo cedo, leio a notícia que mais um policial militar faleceu. Em seguida, recebo a triste mensagem da morte de um amigo de infância, policial penal Erasmo de Miranda. Não há dados oficiais confirmando a quantidade de servidores da segurança pública do Distrito Federal vitimados pela Covid-19, mas a sensação nas corporações é que o vírus está mais próximo do que nunca. Com efeito, a despeito dessa prioridade da vacinação, os profissionais de segurança pública se encontram na mesma situação dos milhares de brasileiros; isto é, sujeitos ao agravamento da pandemia, à escassez de vacinas e às disputas politizadas entre governos federal e estaduais.

Alexandre Pereira da Rocha

Doutor em Ciências Sociais (UnB), Policial Civil no Distrito Federal (PCDF) e Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

